

PORTARIA Nº 07, de 06 de abril de 2020

Dispõe sobre o trabalho remoto no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG, no período em que durar a situação de emergência em saúde pública relativa ao Covid-19, e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 32 da Lei Complementar n. 102/2008:

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 05 do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG, de 30 de março de 2020, bem como da Portaria nº 22/PRES./2020, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, de 3 de abril de 2020, que dispõem, em suma, sobre adoção do teletrabalho e outras medidas temporárias de prevenção ao contágio do Covid-19;

RESOLVE:

Art. 1º. Aplica-se aos servidores lotados no MPC-MG o disposto na Portaria nº 22/PRES./2020 do TCEMG, com as adequações constantes deste normativo.

Art. 2º. Os Procuradores do MPC-MG e os Coordenadores da Coordenadoria de Apoio Operacional do Ministério Público de Contas – CAOP e da Coordenadoria Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas – CAMP deverão encaminhar à Procuradora-Geral, por meio do endereço eletrônico [procuradoriageral@mpc.mg.gov.br](mailto:procuradoriageral@mpc.mg.gov.br), até o dia 13.04.2020:

I – a relação dos servidores participantes do regime de trabalho remoto;

II - a descrição das atividades a serem desenvolvidas durante o período em que os servidores se encontrarem em regime de trabalho remoto;

III - a relação dos servidores que participarão, em caráter excepcional, do trabalho presencial nas dependências do MPC-MG.

Art. 3º. Caberá à chefia imediata do servidor em trabalho remoto pactuar metas e prazos a serem cumpridos, bem como realizar acompanhamentos semanais das atividades e dos resultados alcançados.

§1º A estipulação de metas de desempenho para a realização do trabalho remoto deverá considerar as limitações decorrentes da situação de emergência de saúde pública.

§2º A meta de desempenho do servidor que já se encontrava em regime de teletrabalho antes da edição da Portaria nº 20/PRES./2020 TCEMG poderá ser alterada, excepcionalmente, caso haja pedido justificado do servidor e autorização da chefia imediata.

Art. 4º. Os Coordenadores da CAOP e da CAMP deverão encaminhar à Diretoria do MPC-MG relatório semanal das atividades desenvolvidas pelos servidores constantes dos incisos I e III do art. 2º desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2020.

Elke Andrade Soares de Moura  
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas